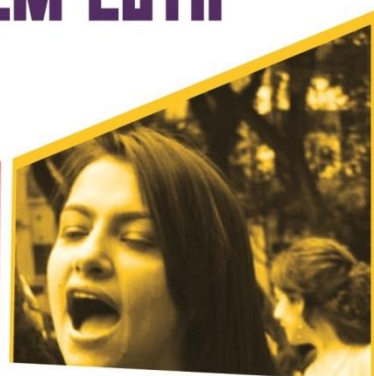


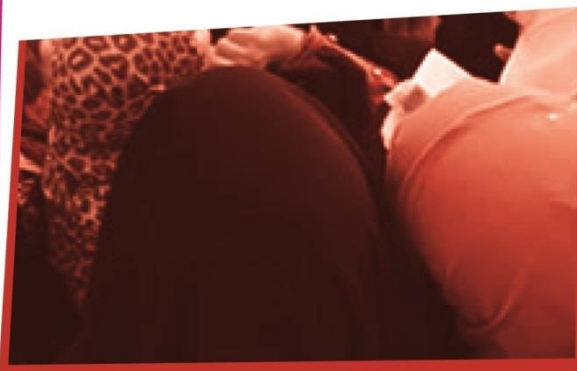
I ENCONTRO NACIONAL



**MOVIMENTO
MULHERES
EM LUTA**



Resoluções do 1º Encontro Nacional do MML



O 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta reuniu mais de 2000 mulheres trabalhadoras de várias partes do país, de diversos setores, entidades sindicais, do movimento popular, do movimento estudantil, além de organizações de mulheres.

As ricas discussões e encaminhamentos estão refletidos nesta compilação das resoluções votadas nos grupos e na plenária final do Encontro.

O relatório completo do Encontro, contendo dados do credenciamento, assim como o conjunto das propostas apresentadas será publicado em breve, mas com este material já é possível ter uma ampla ideia de como foram as discussões no Encontro.

Àquelas companheiras que não foram, é um importante retrato do que ocorreu, às que foram pode servir de base para seguir organizando a luta e fortalecendo a estruturação do MML nos estados.

Parabéns a todas as companheiras e companheiros que construíram este Encontro, que com certeza acumulou mais forças para avançar na organização e na luta da mulher trabalhadora brasileira.

Boa Leitura!

Resolução Política e Plano de Ação

A conjuntura e as tarefas do MML

Desde 2007 o mundo enfrenta uma das maiores crises econômicas do capitalismo. Para garantir a manutenção da taxa de lucro, os governos estão impondo um conjunto de medidas que retiram direitos da classe trabalhadora. Em resposta aos ataques, ocorrem mobilizações em várias partes do mundo. Na Europa, no Oriente Médio, na África e na América Latina, as mulheres trabalhadoras saem às ruas para defender uma nova sociedade. Isso não ocorre sem riscos, como no caso do Egito, onde centenas foram violentadas, mas o temor do machismo não as impediu de ir às ruas.

No Brasil, as jornadas de junho sacudiram o país e inauguraram uma nova situação política, demonstrando que é possível lutar e é possível vencer. A CSP-CONLUTAS foi parte importante dessas manifestações e teve papel decisivo nos dias 11 de junho e 30 de agosto.

Os 10 anos de estabilidade do governo do PT e a sensação de bem-estar foram fortemente sacudidas pela força das massas. A explicação para essa explosão tem relação com a política econômica que privilegia os banqueiros e os empresários em detrimento das condições de vida da população e da crise urbana nas cidades, que se agrava com os mega-eventos.

O Brasil, apesar de ser a 7ª economia do mundo, ocupa a 84ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), está subordinado às grandes potências mundiais. Mais da metade do orçamento é utilizado para pagamento da dívida pública. O governo Dilma, assim como o fez FHC aplica um forte plano de investimento de capital público em empresas privadas e entrega o patrimônio público através das privatizações (rodovias, aeroportos, estádios). E, agora, pretende entregar o pré-sal, com o leilão do campo de Libra.

A primeira mulher presidente no país não significou avanços na vida das mulheres ou dos setores oprimidos. A violência contra as mulheres se encontra em níveis alarmantes, elas recebem salários menores que os homens para as mesmas funções e os direitos democráticos dos oprimidos não avançam. Elas seguem sofrendo com a falta de creches, o aumento da violência e projetos como a Bolsa-estupro. As trabalhadoras são as mais prejudicadas com projeto como o PL 4330 que regulamenta a terceirização, a privatização e a flexibilização de direitos.

A situação aberta no país gerou uma correlação de forças mais positiva para os trabalhadores, mas os patrões e os governos vão tentar evitar que este processo siga se desenvolvendo. Por um lado, através do uso da repressão policial, por outro, vão buscar desviar e canalizar para o processo eleitoral. Isso interessa tanto no campo do governo (PT) e da velha oposição de direita (PSDB) que possuem o mesmo projeto de aplicação das políticas neoliberais ao país.

É necessário unificar as lutas de junho com os setores organizados do movimento. As resoluções do I Encontro do MML devem estar a esse favor e ser um instrumento de luta contra o machismo e o capitalismo.

Diante disso, o 1º Encontro Nacional do MML resolve:

1. Incorporar todas as resoluções votadas e debatidas nos grupos a respeito dos temas específicos;
2. Impulsionar atos e atividades nas cidades no dia 25 de novembro- Dia Latino Americano e Caribenho de luta contra a violência a mulher- fazendo grandes lançamentos da campanha nacional do MML. A luta contra a violência é a campanha prioritária do MML para o próximo período. Ver Resolução específica.
3. Participar fortemente da campanha nacional encabeçada pela CSP-CONLUTAS e demais organizações contra os leilões do petróleo brasileiro e a privatização da Petrobrás.
4. Organizar, em conjunto com o Quilombo Raça e Classe da CSP-CONLUTAS e demais organizações do movimento negro, atos do dia 20 de novembro- Dia Nacional da Consciência Negra;

5. Participar das campanhas pelo fim da terceirização e privatização, contra o PL 4330, exigindo o arquivamento deste projeto, e lutando para que as terceirizadas tenham direitos iguais em relação aos demais trabalhadores e trabalhadoras, a partir da garantia da sua efetivação;
6. Atuar nas campanhas salariais em conjunto com os sindicatos, destacando as demandas específicas das mulheres como salário igual, creches integrais nos locais de trabalho, direito à progressão na carreira, contra o assédio moral e sexual e outras pautas das categorias.
7. Organizar os atos do dia 08 de março - Dia Internacional de luta das Mulheres - com uma política que defenda os direitos das mulheres da juventude e da classe trabalhadora, contra os ataques dos governos e dos patrões.
8. Ser parte ativa das lutas contra as injustiças geradas pela Copa do Mundo, que vão se aprofundar na medida em que se aproximam os mega eventos. Devemos lutar contra as remoções das comunidades das mediações dos estádios, a privatização das nossas áreas esportivas, as leis que restringem o direito à greve ou manifestação durante o evento, a restrição do acesso aos jogos gerada pelos preços exorbitantes, e principalmente contra os gastos públicos gigantescos, em detrimento do investimento nos serviços públicos.
9. Lutar em defesa das mulheres em situação de prostituição, assegurando-lhe direitos previdenciários e sociais. Posicionar-se contra o Projeto apresentado pelo deputado Jean Wyllis, que pretende regulamentar a profissão, autorizando a cafetinagem que acaba atendendo aos interesses do turismo sexual nos mega eventos e não das mulheres.
10. Participar ativamente das lutas por moradia e demais lutas do movimento popular, buscando a relação com o movimento Luta Popular e outras organizações de luta por moradia.
11. Seguir com a luta pela legalização do aborto, participando em unidade de ação da Frente Nacional pela Legalização do Aborto- 28 de setembro- Dia Latino Americano e Caribenho de Luta pela Legalização do Aborto.
12. Seguir com a luta permanente pelo Fora Feliciano e aprovação do PL 122 original, que criminaliza a homofobia, pela reafirmação da visibilidade lésbica e trans. Organizar atividades no dia 29 de agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.
13. Seguir com a campanha por creches públicas gratuitas e tempo integral para todos os filhos da classe trabalhadora.
14. Participar das campanhas e lutas desenvolvidas pela CSP-CONLUTAS em defesa dos direitos da classe trabalhadora.
15. Seguir lutando contra a violência policial, a criminalização dos lutadores e o genocídio ao povo pobre. Pelo fim da repressão e infiltração policial nos movimentos. Pela liberdade de todos os presos políticos. Abaixo as UPP's, pela punição dos policiais envolvidos no assassinato do pedreiro Amarildo, contra a prisão do Black Blocs.
16. Denunciar o governo Dilma pelos ataques sofridos pelos trabalhadores e trabalhadoras especificamente e o aparato sindical que lhe dê sustentação. Privilegiar o enfrentamento direto com a Dilma, a luta anti-burocrática e a ação direta contra o governo e os governistas.
17. Reafirmar a estratégia classista e socialista na luta pela libertação das mulheres.

Resolução sobre campanha contra a violência à mulher trabalhadora

O aprofundamento do sistema capitalista tem gerado um cenário de barbárie. Segundo a ONU, 1/3 das mulheres do mundo já sofreu algum tipo de violência. Ainda que todas sejam vítimas do chamado “feminicídio”, são as trabalhadoras que mais sofrem e morrem em decorrência da violência machista.

No Brasil a cada 2 minutos, 5 mulheres são espancadas. De acordo com o relatório Mapa da Violência 2012, 91 mil mulheres foram assassinadas no país entre 1980 e 2010, quase metade (43,5 mil) ocorreu na última década. As mulheres negras são as que mais morrem comparativamente com as brancas.

A violência sexual e os casos de estupro também crescem assustadoramente. Segundo estatísticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), uma mulher é estuprada a cada 12 segundos no Brasil. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que em cinco anos os registros de estupro no Brasil aumentaram em 168%: as ocorrências subiram de 15.351 em 2005 para 41.294 em 2010. A maioria dos casos ocorre no período noturno, em terrenos baldios, ruas pouco iluminadas e também nos transportes públicos. As principais vítimas são as mulheres da classe trabalhadora, pobres e negras.

A Lei Maria da Penha, criada em 2006, fruto de uma conquista do movimento social, não foi suficiente para reverter o cenário de violência à mulher, aliás, sequer foi aplicada devido à falta de recursos e equipamentos de atendimento. Menos de 10% dos 5.500 dos municípios brasileiros contam com delegacias da mulher e menos de 1% possui casas abrigo.

O governo Dilma, no mês de março, lançou o Programa “Mulher, viver sem violência”, que prevê a criação de 27 unidades de atendimento nas capitais, mas nada saiu do papel até o momento.

Ao mesmo tempo, está tramitando no Congresso o projeto de Estatuto do Nascituro (Projeto de Lei 478/07), que cria a “Bolsa Estupro”: uma pensão alimentícia equivalente a um salário mínimo a ser paga até os 18 anos pelo estupro ou pelo Estado, desde que a mulher não exerça seu direito legal de abortar.

A ONU desde 2008 desenvolve uma campanha contra a violência, da qual o Brasil é signatário, que se limita ao âmbito doméstico e desvincula qualquer relação entre a violência e as condições de vida da população; portanto, com um caráter policlassista.

O Estado capitalista, através da repressão policial e das desigualdades sociais é extremamente violento com a classe trabalhadora e contribui para a perpetuação da opressão e da exploração às mulheres.

É necessário seguir o exemplo da Índia, em que a classe trabalhadora tomou para si a luta contra a violência à mulher como parte da luta pela libertação dos trabalhadores de conjunto.

Diante disso, o 1º Encontro do MML resolve:

1. Lançar uma campanha nacional pelo fim da violência à mulher trabalhadora no dia 25 de novembro de 2013, como campanha prioritária do movimento para o próximo ano.
2. O objetivo da campanha é construir um programa e organizar, através da luta direta, ações que exijam do governo, dos patrões e do Estado medidas pelo fim da violência contra as trabalhadoras, em cinco níveis: violência sexual (com enfoque na luta contra os estupros), violência doméstica (reivindicando a aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha), vida nas cidades (destacando o tema do transporte), relações de trabalho (contra os assédios moral e sexual) e violência do Estado.
3. A campanha será organizada através de seminários, cartilha explicativa, atos de rua, cartazes e adesivos, abaixo-assinado e propostas de pautas nas campanhas salariais que exijam dos governos e patrões medidas contra a violência à mulher.

4. O norte programático a partir do qual a campanha deverá ser desenvolvida será:

- Pelo arquivamento do Estatuto do Nascituro e da Bolsa-Estupro! Veto de Dilma caso o projeto seja aprovado.
- Pelo fim da violência nos transportes: redução das tarifas, passe livre para todas as desempregadas e estudante, ampliação da frota, vagão exclusivo para as mulheres, pontos de ônibus iluminados;
- Aplicação e Ampliação da Lei Maria da Penha. Mais verbas públicas para o combate à violência. Construção e ampliação de delegacias de mulheres, com funcionamento 24 horas; criação de casas abrigo.
- Contra a criminalização das mulheres, pela desmilitarização da polícia.
- Pelo direito à auto-organização da classe contra a violência à mulher.
- Contra o assédio moral e sexual no trabalho
- Por emprego, salário e moradia digna para as mulheres trabalhadoras.
- Por uma sociedade sem classes e sem violência.

5. A elaboração da campanha é de responsabilidade da executiva nacional e deverá ser construída a partir dos MML regionais e estaduais.

Resolução sobre estruturação e organização do MML

MML é filiado à CSP-CONLUTAS por compreender que a luta contra o machismo e a exploração depende de uma unidade política e organizativa de todos os setores explorados e oprimidos pelo capitalismo.

O MML atua e constrói o Setorial de Mulheres da CSP-CONLUTAS, sendo parte da coordenação de suas reuniões e da implementação de suas resoluções.

O MML tem por objetivo fortalecer a organização das mulheres nos sindicatos, movimentos populares, entidades do movimento estudantil e de outros movimentos classistas de luta contra a opressão. Esse fortalecimento deve se dar a forma de filiação das entidades desses movimentos ao MML. Cabe à nova Executiva eleita a elaboração de um regimento de filiação.

O MML é independente política e financeiramente de governos e patrões, por isso, não recebe dinheiro de empresas e governos. Suas finanças são adquiridas através de campanhas e ações da militância dos apoiadores, além de recursos adquiridos pela relação política com entidades da classe trabalhadora.

A Executiva do MML deve elaborar e implementar um planejamento financeiro que garanta que o MML tenha finanças regulares que permitam realizar suas reuniões. Reprodução de materiais e manutenção de sua comunicação.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O MML se organiza através de Encontros Nacionais, Executivas Nacional, Estaduais e Regionais, núcleos de base.

A construção do Movimento deve se dar pela base, organizando reuniões em municípios ou categorias, convocadas na base dos diversos locais de trabalho, dos movimentos sociais, universidades, etc., de forma a ser um movimento real de mulheres da nossa classe.

Composição e tarefas das Executivas Nacional, Estaduais e Regionais: As companheiras eleitas para as Executivas do MML, em níveis nacional, estadual e regional têm direito a voz e voto nas reuniões das Executivas, garantindo o direito à suplência. As reuniões das Executivas podem ser abertas a outras companheiras, mas essas com direitos apenas à voz.

As Executivas serão formadas por grupos de trabalho, referentes às tarefas de comunicação, finanças, organização, representação política e grupos temáticos referentes às diversas lutas e campanhas promovidas pelo Movimento.

ESTATUTO

A Executiva Nacional deve elaborar uma proposta de estatuto a partir dos princípios aqui presentes e convocar uma plenária nacional para a sua aprovação, com representações das entidades filiadas à CSP-CONLUTAS e dos sindicatos e entidades dos movimentos populares e estudantis que constroem o MML, além das Executivas estaduais e regionais do MML.

Os homens podem participar dos encontros, plenárias e congressos do MML ajudando na organização e estrutura e também poderão participar como observadores, sem direito a voz e voto.

Resolução sobre Conjuntura Internacional

Moção de apoio à Revolução Síria, não à intervenção imperialista!

O povo sírio, em conjunto com as missões de todo norte da África e Oriente Médio, tem se erguido em uma poderosa revolução por pão, liberdade, dignidade e justiça social contra a brutalidade desta região.

O 1º Encontro Nacional do MML manifesta seu apoio incondicional à Revolução Síria e à derrubada do ditador Bashar Al Assad e repudia veementemente qualquer tentativa de intervenção imperialista.

Só os trabalhadores e os jovens organizados de forma independente, podem garantir o triunfo da revolução e a construção de um governo dos trabalhadores.

Viva a primavera árabe!

Fora Bashar Al Assad!

Vitória à Revolução!

Que o MML participe ativamente a campanha de solidariedade à revolução organizada pela CSP-Conlutas!

Resolução sobre Aborto e Sexualidade

1. No Brasil, 1 milhão de abortos clandestinos são realizados por ano e que a cada dois dias, uma mulher morre em decorrência do aborto clandestino.

2. As mulheres trabalhadoras e mais pauperizadas são as principais vítimas, pois diferente das mulheres burguesas, não tem acesso às clínicas particulares que realizam aborto de maneira mais segura.

3. A criminalização do aborto se tornou um problema de saúde pública, pois devido à negação do Estado em realizar o aborto de maneira legal, cerca de 200 mil mulheres são vítimas de sequelas decorrentes de aborto mal sucedidos e grande parte acaba morrendo sem acesso à assistência médica.

4. A maioria das mulheres que realizam o aborto é ligada a alguma religião, o que demonstra que o direito pela interrupção da gravidez não pode estar vinculado a um debate religioso.

5. O Estado nega à mulher trabalhadora as condições para o exercício da maternidade, pois não garante creche, licença maternidade adequada para todas as mulheres, e ao mesmo quer decidir sobre o corpo da mulher.

6. O PT em seus 10 anos de governo e com uma mulher pela primeira vez como presidente do país não deu passos para a legalização do aborto, inclusive retrocedendo na legislação com a proposta do estatuto do nascituro, que implementa a bolsa estupro.

7. Na jornada de junho, uma das bandeiras de luta surgidas no movimento foi a luta contra a bolsa estupro e o estatuto do nascituro.

8. A luta contra o aborto se fortaleceu na sociedade neste ano após o CFM, uma das principais entidades médicas do país, votar em seu último congresso a defesa da legalização do aborto até a 12ª semana de gestação condicionado à decisão da mulher.

9. Nos países em que o aborto foi legalizado, a quantidade de mortes diminuiu e a quantidade de abortos também, porque essa medida veio acompanhada de medidas preventivas sobre a gravidez indesejada.

10. Particularmente no Uruguai, pesquisas estimam que em 6 meses, as mortes por aborto clandestino caíram para “Zero” e a recorrência de sua realização diminuiu drasticamente.

O 1º Encontro do MML resolve:

1. Promover uma campanha de denúncias em todo o país contra o estatuto do nascituro e bolsa estupro, exigindo arquivamento imediato e veto da presidenta, caso seja aprovado.

2. Que as mulheres tenham direito a decidir sobre seus próprios corpos e ao exercício da maternidade: Exigir do governo federal a legalização e descriminalização do aborto no Brasil. Que este procedimento seja realizado em todos os hospitais públicos e pela saúde suplementar, com assistência médica e psicológica que garanta a saúde da mulher.

3. Promover e impulsionar debates, ações e manifestações educativas que discutam com a classe trabalhadora a necessidade da descriminalização e legalização do aborto, por se tratar de um problema de saúde pública que mata e sequele as mulheres mais pobres. Essas ações devem ser construídas sob o lema: Educação Sexual para não engravidar; Métodos contraceptivos para não abortar; Aborto legal, seguro e gratuito para não morrer.

4. Exigir do governo federal políticas de promoção à educação sexual nas escolas, unidades de saúde e em todo atendimento à mulher com distribuição gratuita de todos os métodos contraceptivos, incluindo a pílula do dia seguinte.

5. Participar em unidade de ação da Frente pela Legalização do Aborto e contra descriminalização das mulheres, como forma de fortalecer a luta.

6. Criar espaços de denúncias dentro do MML (Central de Ouvidoria para orientar as mulheres que passem por situação de violência e/ou busquem orientações em relação ao aborto)

7. Organizar Setorial para concretizar discussões e encaminhamentos definidos nos GD's do Encontro.

8. No próximo encontro nacional do MML, buscar dividir o GD sobre sexualidade e o GD sobre aborto.

9. Colocar discussão sobre o planejamento familiar e saúde da mulher no MML de cada estado.

10. Que o MML batalhe pela abertura de concurso para profissionais da área de saúde para dar cursos, palestras e orientações para mulheres que fizeram aborto.

Resoluções sobre Mulheres Operárias

1. Impulsionar e acompanhar a organização de atividades com pautas específicas da mulher trabalhadora nos sindicatos da CSP-Conlutas e nos sindicatos ligados ao MML;

2. Ter material específico para trabalhar entre as operárias, considerando linguagem, qualidade visual e conteúdo;

3. Seguir construindo a campanha por “salário igual para trabalho igual”;

4. Lutar contra toda forma de diferenciação salarial entre homens e mulheres, como por exemplo, a luta pela classificação profissional das operárias da construção civil;
5. Impulsionar junto aos sindicatos campanhas pela garantia de programas específicos de qualificação, treinamento e formação profissional para a mulher, de acordo com a sua área de atuação;
6. Impulsionar a luta pela redução do ritmo de trabalho, incorporando o debate sobre a necessidade das empresas considerarem os limites físicos das trabalhadoras, bem como as características fisiológicas específicas das mulheres, a exemplo da menstruação e da gravidez;
7. Ser parte ativa nos atos e atividades contrárias ao PL4330 que institui a terceirização no setor público e privado, precarizando as condições de trabalho, principalmente das mulheres;
8. Participar das campanhas e atividades pela anulação da reforma previdenciária e pelo fim do fator previdenciário;
9. Lutar para que todas as trabalhadoras tenham direito a Licença-maternidade de 06 meses, estabilidade de 06 meses após a licença-maternidade e afastamento remunerado para acompanhar os filhos ao médico;
10. Atuar para que os sindicatos incorporem em suas reivindicações que as empresas garantam a realização de exames como Papanicolau e mamografia e pelo reconhecimento da cólica menstrual como motivo para atestado médico;
11. Levantar a discussão de garantia de rodízio e descanso periódico em postos de trabalho repetitivos;
12. Manter a campanha nacional de luta por creches e a exigência de garantia de creche por local de trabalho;
13. Realizar uma campanha em conjunto com a CSP-Conlutas e os sindicatos de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho;
14. Orientar que o setor jurídico dos sindicatos tenha uma atuação frente aos casos de assédio moral e sexual;
15. Atuar junto aos sindicatos para incorporar as pautas específicas das mulheres nas campanhas gerais das categorias;
16. Impulsionar a criação de secretarias de mulheres nos sindicatos e, a partir dessas, manter um calendário regular de cursos, palestras e atividades com o tema específico de mulheres e com temas político-sindicais para formar as companheiras enquanto dirigentes sindicais;
17. Realizar atividades nos sindicatos para homens e mulheres a fim de educar a classe de conjunto no combate ao machismo e a exploração capitalista;
18. Defender que os sindicatos adotem a política de cotas para mulheres nas diretorias das entidades;
19. Sobre o PL 4330
 - Defender um programa contra o PL 4330 e contra todo tipo de terceirização já existente, com a defesa da efetivação de todas as trabalhadoras (es) terceirizados, sem necessidade de concurso público;
 - Atos contra a precarização do trabalho: trabalho igual, salário igual, direitos iguais para barrar PL's como o 4330.
20. Colocar na pauta a luta pela organização no local de trabalho, além da CIPA, delegadas sindicais especiais para mulheres, além de formação política para tal.
21. Defender Médicos de Saúde Ocupacional e CIPAS abertos e independentes junto com as terceirizadas – pela auto-organização para acabar com as doenças, assédios e mortes

22. Basta de trabalho gratuito em casa: por creches, lavanderias e restaurantes públicos 24 horas, gratuitos e de qualidade, assim como casas abrigo, sem desoneração fiscal para os patrões;
23. Que a CSP-Conlutas e o MML travem uma campanha militante pela legalização do aborto, contra o estatuto do nascituro em todos os locais de trabalho, fábricas, escolas e hospitais;
24. Contra o leilão do Campo de Libra. Por uma Petrobrás 100% estatal sob controle dos trabalhadores;
25. Que o MML impulse a campanha “Basta de Machismo, Racismo e Homofobia”. Pela reintegração da companheira Telma e do companheiro Max – demitidos por racismo e homofobia;
26. Realizar pesquisas socioeconômicas para conhecer as categorias;
27. Pela reintegração da companheira Ana Paula Aramuni (funcionária da Transpetro – terminal Cabiúnas/Macaé-RJ) cipeira, que foi demitida por denunciar irregularidades de segurança, saúde e acidentes no terminal.

Resoluções sobre Mulheres Negras

1. Salário igual para trabalho igual, negros e brancos, homens e mulheres, contra a perda de direitos sociais e trabalhistas!
2. Defesa intransigente das trabalhadoras (os) que sofrem com Assédio Moral, Racial e Sexual, fruto das mazelas do capitalismo, do machismo e do racismo!
3. Contra a criminalização dos movimentos sindicais, sociais e da pobreza, pela titulação das terras de quilombos, indígenas e moradia digna para as trabalhadoras (os)!
4. Em defesa das políticas de cotas raciais, das políticas afirmativas e de reparações, nas universidades, no mundo do trabalho e em todos os espaços onde não esteja refletida a realidade populacional negra!
5. Não ao pagamento da dívida pública; pelo fundo de reparações, já!
6. Fora as tropas do Haiti. Pelo fim da Ocupação Militar da Minustah e da ONU!
7. Que o MML e o Quilombo Raça e Classe atuem em unidade na discussão, elaboração e luta das questões de governo, raça e classe independente dos governos e patrões;
8. Que o MML e o Quilombo Raça e Classe realizem campanhas das questões de gênero, raça e classe em unidade;
9. Que o MML e o Quilombo Raça e Classe se incorporem à reunião do Setorial Nacional de Negros da CSP-CONLUTAS no dia 06 de novembro e atuem em unidade de ação na contraposição ao III CONAPIR que será realizado em Brasília de 07 a 09 de novembro.
10. Que o MML se incorpore à construção e organização da II Marcha Nacional da Periferia convocada pelo Quilombo Raça e Classe, cujo tema este ano é violência (várias greves) e os mega eventos (as conseqüências);
11. Que o MML e o Quilombo Raça e Classe se coloquem contra diversas formas de violência cometidas pelo citado serviço do capital e implementado pela diferentes instancias de governos e patrões;
12. Que o MML e o Quilombo Raça e Classe encampe a luta pela implantação da Lei- 10.639/03 e a 11.645/06;

13. Que o MML e o Quilombo Raça e Classe façam uma campanha contra exploração de turismo sexual fazendo referência à Copa do Mundo de 2014.

14. Lutar pela reformulação da grade curricular dos cursos de Pedagogia e Magistério, colocando disciplina Afro descendente como obrigatória campanha para aprovação da lei.

15. Lutar pela construção de delegacias especializadas contra o racismo.

16. Exigir que haja o item cor nos prontuários médicos.

17. Incorporar chamado às mulheres indígenas. Moção de repúdio às condições apresentadas pelas companheiras indígenas presentes no Encontro.

18. Fazer um carimbo do Quilombo e MML “Empresa Racista!” para denunciar as empresas que cometerem casos de assédio vinculados ao racismo e machismo, como vimos na luta pela reincorporação da companheira Telma na Embraer em São José dos Campos.

19. Que o MML encampe uma luta contra a intolerância religiosa com enfoque nas religiões de matriz africanas.

20. Que o MML fale da atuação educação passional das mulheres.

21. Repúdio a bancas de auto declaração que fazem avaliação das cotas raciais nas universidades.

22. Produzir materiais sobre a cultura negra feitos / supervisionados pelas entidades representativas dos negros (as).

23. Carta de repúdio a chacina em Londrina/PR que vitimou quatro mulheres, incluindo três negras representantes de religiões afros.

O grupo ainda avançou na compreensão de que os 10 anos do governo do PT serviu para aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que retrocede no reconhecimento da Identidade Racial e não avança no combate à superexploração do povo negro. Também nesses 10 anos foram vistas a não demarcação das Terras Quilombolas, e através da PEC 215 isso teve um retrocesso grande, a PEC 4330, que regulamenta a terceirização, atingido mulheres negras, as mais presentes dentre a força de trabalho terceirizada. Ainda acompanhamos a presença de tropas brasileiras no Haiti, liderando uma “missão de paz”, que na verdade visa ao saque e superexploração da mão de obra negra do país. Isso sem falar dos estupros e violência sexual contra mulheres e crianças.

Resolução sobre Luta por Creche

O Brasil assiste no final do séc. XX um movimento de transformação no conjunto da classe trabalhadora desde a década 70 devido à expansão econômica/industrialização/ urbanização. Com isso, aconteceu um grande aumento da mulher no mercado de trabalho ascendendo à problemática de serviços correlacionados a Educação Infantil. Baseadas nessas demandas, Comunidades Eclesiais e Movimentos Feministas entraram na batalha por creches.

Hoje no Brasil, as mulheres são a metade da população e compõem a metade dos trabalhadores, sendo que quase 40% delas são chefes de família. Porém, mesmo com a presença da mulher no mercado de trabalho, a falta de creches é um impeditivo para que elas possam trabalhar fora ou se manter empregadas.

Vários estudos sobre a Educação Infantil apontam a necessidade desta etapa da educação para o desenvolvimento cognitivo da criança. Desta forma a Educação Infantil sai do lugar de assistencialismo para se consolidar com educação passando a ser um dever do Estado e retirando das costas da mulher o educar/cuidar.

O ponto mais elevado da discussão foi assegurado na Constituição de 1988 e na LDB de 1996 onde assegura a Educação Infantil de 0 a 5 anos na educação básica, e sob a Lei 12.796 se torna obrigatório a partir dos 4 anos.

Para garantir as creches é preciso que o Estado assegure este direito da mulher e da criança. Contudo, o governo se torna omissivo quando faz rearranjos orçamentários descumprindo o seu dever como acontece no governo federal de Dilma Roussef/PT. Das promessas deste governo de entregar 6.427 creches nem a metade foi construída e, em 2013 passou a meta para 8.685 para 2014. Mas, seriam necessárias 70 mil unidades para que todas as crianças de 0 a 3 anos fossem atendidas.

Segundo o Anuário da Educação Básica de 2013 somente 22,95% crianças de 0 a 3 têm acesso às creches. Desta porcentagem, 25,5% são crianças brancas e amarelas e 20,5% crianças negras. Para o PNAD (2011) 1 milhão de crianças de 4 a 5 anos estão fora de sala de aula. A estimativa do déficit de vagas em creche segundo o relatório do Banco Mundial é de 1,8 milhões de crianças de 0 à 3 anos. Os critérios para tal desigualdade na Educação Infantil é baseada pelos critérios da renda familiar, de cor ou regiões. Sendo assim, o acesso varia de acordo com a classe social, deixando também a mulher trabalhadora e a mulher negra a mercê do governo.

É importante dizer que os municípios não vêm garantindo o número de vagas de acordo com as demandas e, que as profissionais da Educação Infantil não são reconhecidas como cargo do magistério. Reconhecer estas profissionais é incluí-las no Estatuto e Plano de Carreira do magistério pelo fato das semelhanças nas atribuições estão corroboradas pela LDB 9394/96.

As profissionais de creche devem se unir com as mulheres trabalhadoras que precisam urgentemente dos serviços públicos de creches visto que, as lutas devem ser articuladas contra o machismo e o poder público que promove total ausência da Educação Infantil.

Diante disso, o 1º Encontro Nacional do MML resolve:

1. Que o MML siga com a campanha por creches (Centros de Educação Infantil);
2. Que as creches funcionem em tempo integral, sejam públicas, gratuitas e de qualidade com financiamento estatal, atendendo 100% das crianças, através da aplicação de 10% do PIB para educação;
3. Que a luta por creches seja realizada em conjunto com trabalhadoras de creche e mães/pais das crianças;
4. Que as trabalhadoras de creche sejam reconhecidas como professoras de Educação Infantil assegurando o piso, sendo necessária ampliação orçamentária na educação, para que os salários, condições de trabalho, e formação possam ser dignas para a profissional e para a criança;
5. Construção de creches integrais e de qualidade nas universidades com direito a licença maternidade para que a mãe não precise optar entre a gravidez e a formação acadêmica;
6. Que em todos os locais de trabalho, empresas e repartições, trabalhadoras e trabalhadores tenham serviço de creche;
7. Licença maternidade de 6 meses rumo a 1 ano sem isenção fiscal já que é um direito da mulher e um dever do Estado e dos empregadores; licença paternidade de 40 dias rumo a 6 meses.
8. Contra a terceirização das unidades da educação pública infantil;
9. Lutar pela definição de 1 profissional para cada 3 crianças;
10. Universalizar a luta pelo reenquadramento das trabalhadoras das creches, do modo que todos os sindicatos ligados à CSP-Conlutas encampem essa luta;
11. Derrubar a medida que proíbe a construção e funcionamento de creches em unidades federais;

12. Batalhar junto com o Setorial de Mulheres da CSP Conlutas pela garantia de creches em todos os espaços de formação e debates da Central.

13. Garantir creche em todas as atividades do MML;

14. Lutar por plantões ou colônias de férias, garantidos pelo poder público, nos recessos escolares em período integral;

15. Lutar pela existência de profissionais com formação específica para atendimento de crianças com necessidades especiais e a redução de alunos em sala, que sejam dois profissionais: um professor da sala e o profissional especializado.

Resoluções sobre Mulheres e Educação Básica

A crise na Educação Pública vem se aprofundando pela combinação de falta de investimento e pelo processo de privatização deste serviço;

No governo de frente popular as promessas de uma educação pública e de qualidade não se concretizaram, mas pelo contrário, esta crise só se agudizou, com investimento no setor de apenas 4% do PIB para a Educação Pública.

Nos últimos 20 anos, os governos vêm dividindo os profissionais da Educação através da precarização, meritocracia, desmoralização, assédio moral;

Estas ações têm também um corte de gênero, uma vez que, ideologicamente, as profissões ligadas à Educação são historicamente concebidas como tarefas femininas, como extensão do lar, e a escola como local onde se deixam crianças e jovens para que alguém cuide enquanto pais e mães trabalham;

Na Educação, cerca de 80% dos profissionais são mulheres;

Estes elementos de cunho ideológico se concretizam através de baixos salários, desmoralização e desvalorização dos/as profissionais, péssimas condições de trabalho, jornadas extensas, combinadas com as duplas, triplas jornadas impostas às trabalhadoras da Educação;

Os governos vêm tirando o direito das profissionais cuidarem de sua saúde, com políticas de restrição às licenças e faltas médicas e acompanhamento de seus familiares para tratamento, inclusive com licenças maternidades de prazos diferenciados.

A ausência de creches nos municípios é um limitador para as mulheres poderem trabalhar.

Segundo o IBGE (2010) a renda média de um profissional da educação básica equivalia a 59% do que ganhavam os demais profissionais com nível superior no país;

O machismo aumentou no país, sua face mais cruel se apresenta no crescente número de agressão e assassinato de mulheres e que isso também se expressa no interior das escolas do país, com trabalhadoras sendo cotidianamente agredidas no local de trabalho;

É fundamental avançar na conscientização e organização das trabalhadoras da Educação Básica, na luta contra o machismo e os impactos que essa opressão traz para a nossa classe.

O I Encontro Nacional de Mulheres do MML resolve:

1. Lutar por 10% do PIB para a Educação Pública já;

2. Aplicação imediata da Lei do piso salarial Nacional da Educação, e da jornada de 1/3 de hora atividade, rumo ao Piso do Dieese por 20 h/aulas, com 50% de hora atividade;
3. Salário e direito igual para trabalho igual;
4. Carreira única no magistério;
5. Abaixo à Meritocracia; pelo fim das provas!
6. Campanha pelo fim da violência contra as mulheres da Educação!
7. Abaixo o Assédio Moral! Punição de quem o pratica!
8. Licença Maternidade de seis meses já para todas, rumo a 1 ano para todas as profissionais da educação, sem isenção fiscal;
9. Licença paternidade imediata de 40 dias, rumo a seis meses para todos, sem isenção fiscal
10. Fim das leis que restringem as faltas e licenças médicas;
11. Creche pública, em período integral, gratuita, estatal, para todas as crianças.
12. Pelo direito a faltas para realização de pré-natal, sem nenhuma perda trabalhista, com dias contados para todos os fins de aposentadoria e benefícios.
13. Expressar nas campanhas salariais o tema de mulheres, através de construção de consignas feministas classistas, que mobilizem as mulheres e estejam expressas nos jornais, panfletos, blogs e sites;
14. Pautar a temática de mulheres regularmente para ajustar as demandas e pautas da categoria através de debates, palestras, etc. sobre o tema de mulheres;
15. Propor a implementação de secretarias de mulheres ou contra opressões nos sindicatos que atuamos;
16. Elaborar políticas específicas de organização de mulheres, como campanhas de filiação ao sindicato, direcionada para as mulheres, como organizar debate sobre o tema nos locais de trabalho, com as trabalhadoras e comunidade escolar;
17. Campanha contra o leilão do campo de Libra. Pela Petrobrás 100% estatal. Que os sindicatos da educação participem da campanha. A política de Dilma de investimento dos royalties na educação, não contempla as reivindicações da classe trabalhadora. Queremos 10% do PIB para a Educação Pública, Já! Sob controle da classe trabalhadora.
18. Em defesa do feminismo classista, pela formação de quadros feministas do MML. Que cada mulher do MML se forme como quadro feminista nos sindicatos e nas lutas.
19. Lutar pela redução do número de alunos por sala de aula. Defendemos: 8 alunos na pré-escola; 15 na educação infantil, 20 no fundamental, e 25 no médio. Considerando que cada aluno especial equivale a 5 alunos. Visando melhores condições de ensino e preservação da saúde da trabalhadora.
20. Combate à violência sexual que sofrem nossas alunas e profissionais da educação.
21. Exigimos que a CNTE tenha política para fortalecer e unificar as lutas da educação em todo o país. Chamamos, a partir do MML e setorial de Educação da CSP Conlutas, a construção de um dia nacional de solidariedade às greves da educação e contra criminalização dos movimentos sociais, denunciando os métodos fascistas dos governos que reprimem as mobilizações.

22. Por um PNE construído pela classe trabalhadora! Abaixo o PNE do governo Dilma!
23. Rumo à construção de uma greve geral da educação!
24. Fortalecimento do seminário nacional de educação da CSP Conlutas (2014).
25. Apoio à luta nas universidades, fortalecendo os métodos de luta (ocupação, piquetes, atos, fechamento de rodovias, greves, etc)
26. Fim do estágio probatório que só serve para coagir os profissionais grevistas da educação.
27. Contra a política meritocrática (avaliação, bonificação e certificação) dos governos: Educador é nota 10!
28. Abaixo à ingerência dentro das salas de aula. Não queremos diretores nem monitores do FMI observando e controlando nossas aulas. Em defesa da autonomia pedagógica!
29. Campanha nos sindicatos da educação para que a lei 10.639(Implementação do Ensino de História da África no Ensino Médio) saia do papel e passe para o cotidiano da sala de aula.
30. Ensino da história e resgate da cultura africana e indígena nas escolas públicas.
31. Que os materiais didáticos não apresentem conteúdos machistas, racistas e homofóbicos.
32. Pela construção de materiais didáticos que apresentem numa linguagem inclusiva a história das mulheres.
33. Pensar propostas para os educadores e estudantes LGBT dentro da escola, na perspectiva de solucionar questões como a proibição de banheiros por LBTT. Conscientização contra a agressão aos LBTT nas escolas.
34. Em defesa do Kit anti-homofobia.
35. Seminários para fortalecer as professores das séries iniciais da educação básica para os temas de combate ao racismo, machismo e homofobia.
36. Incentivar a formação de educadores ainda na Universidade, em relação ao tema de opressões e inclusão relacionando prática e teoria ao longo da formação.
37. Organizar a luta pela criminalização do assédio moral dentro da escola, sofrida pelos profissionais e estudantes.
38. Sugerir aos sindicatos que adotem a cartilha do Quilombo Raça e classe como material que possa ser disponibilizado para intervenção na base da categoria.
39. Pela construção de 2 panfletos anuais na educação pelo MML. Para as datas 8 de março (dia internacional da Mulher trabalhadora) e 20 e 25 de novembro (semana da consciência negra e de luta contra a violência à mulher).
40. Elaboração de uma cartilha MML Mulher e Educação. Por uma educação não opressora (contra o machismo, o racismo e homofobia), que inclua as principais campanhas votadas neste encontro.
41. Fortalecer a luta em defesa da educação especial, contra o projeto de inclusão sem qualidade que o governo está aplicando.
42. Pela inclusão obrigatória de disciplinas de educação especial nas grades de todas as licenciaturas.

43. Combate à violência nas escolas. Pela desmilitarização da polícia. Fim da polícia dentro da escola. Abaixo o genocídio da juventude pobre e negra.
44. Abaixo à violência fascista do Estado ao povo negro.
45. Fim das terceirizações. Concurso público. Estabilidade para tod@seducador@s.
46. Gestão democrática. Eleição direta para Diretor.
47. Revogação da LDB e de todas as leis que atacam a educação.
48. Contra a privatização e desvios das verbas da educação. Verba pública para educação pública.
49. Formação dos profissionais da educação em universidade pública, com afastamento remunerado.
50. Direito à licença e/ou afastamento aos educadores para acompanhamento de filhos hospitalizados ou em tratamento, assim como de familiares que são seus dependentes sem perdas salariais ou trabalhistas.
51. Entendendo que as estudantes da EJA têm triplas jornadas (trabalho, casa e estudo) e sofrem diretamente com as opressões, defendemos investimento público, com educação de qualidade, para que tenham condições de concluir seus estudos.
52. Contra a precarização dos profissionais da Educação. Valorização de todos os trabalhadores (professoras, funcionárias, cozinheiras, porteiras, auxiliares, bibliotecárias, etc.). Somos todas educadoras!
53. Contra as propostas de escola de tempo integral privatizantes dos governos. Por uma escola pública, gratuita e de qualidade que atenda os interesses da classe trabalhadora.
54. Incluir nas pautas a educação sexual que contemple e respeite a diversidade discutindo as questões de homofobia, sexismo, machismo e racismo.
55. Denúncia sobre o Prouni.
56. Combate à pedagogia das competências que prioriza a certificação em detrimento da aprendizagem e ao uso da escola como rede assistencialista.
57. Fazer críticas às políticas do SECAP que procura transformar professores em cuidadores, atribuindo-lhes tarefas que extrapolam e secundarizam o ensino.
58. Pela aplicação da lei do piso sem aumento de jornada, rumo ao Piso do DIEESE.
59. Criar uma rede nacional de informação apresentando as diferentes realidades das redes municipais e estaduais.
60. Crítica aos programas do governo federal – educação integral, PNAIC, Brasil Carinhoso que precarizam as relações de trabalho, exploram os trabalhadores de educação e aumentam o sucateamento da educação pública.
61. Isonomia salarial para todos os trabalhadores
62. Luta contra a burocratização sindical.
63. Dialogar com pais e mães sobre a realidade da educação, combatendo as contra-informações passadas pela mídia que desmoralizam os trabalhadores em educação.

Resoluções sobre Mulheres e Sindicato

1. Nós, mulheres trabalhadoras somos praticamente 50% da classe trabalhadora e esse peso não se reflete na organização das mulheres nos sindicatos, mesmo em bases majoritariamente femininas (como educação e saúde).
2. Os sindicatos são instrumentos históricos construídos pela classe trabalhadora para tocar suas lutas e as mulheres devem ser parte deles.
3. O machismo presente nos sindicatos só afasta as mulheres da luta.
4. O machismo é uma ideologia apropriada pelo capitalismo para explorar ainda mais parte da classe trabalhadora, sofrendo com a desigualdade salarial, sendo as principais vítimas das terceirizações, assédio moral/sexual e mais suscetíveis ao desemprego.
5. As mulheres trabalhadoras além da carga horária de trabalho sofrem com a dupla jornada chegando a casa e tendo que realizar as tarefas domésticas, bem como os cuidados com os filhos o que dificulta a participação das mulheres na luta de seu sindicato e de sua classe.
6. A falta de creches é um dos principais motivos que impedem com que a mulher procure ou saia do emprego, tendo que se sujeitar a diversas situações para conseguir trabalhar e principalmente se organizar nos espaços de sua classe.
7. O machismo divide a classe trabalhadora, colocando homens e mulheres uns contra aos outros e não contra os patrões e o governo.
8. Durante os 10 anos do governo do PT e com a primeira presidente mulher a realidade da mulher trabalhadora não mudou, sofrendo ainda com a desigualdade salarial, com a falta de creches e com a violência.
9. Para uma sociedade justa e sem exploração, a pauta das mulheres deve ser levada como pauta de toda a classe trabalhadora.

O I Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta resolve:

1. Impulsionar através do MML e da CSP Conlutas a criação de Secretarias de Mulheres nos Sindicatos, com o objetivo de organizar e discutir as pautas específicas das mulheres. Que as Secretarias de Mulheres lutem pela efetivação das trabalhadoras e promovam a formação política das mulheres;
2. O MML defende que haja cotas para as mulheres nas diretorias, respeitando percentual de mulheres em cada categoria e incorporando a mulheres negras, como instrumento de promoção das mulheres, de formação de dirigentes sindicais, como o esforço para refletir as políticas das mulheres e para criar identificação das trabalhadoras da base com suas direções;
3. Estimular, nas bases dos sindicatos, a participação das mulheres nas organizações por local de trabalho e CIPAS;
4. Estimular a realização de Campanhas de sindicalização voltada às mulheres;
5. Impulsionar a Realização de Encontros de Mulheres para deliberar sobre as pautas das mulheres a serem incorporadas na luta cotidiana;
6. O MML defende que tenha creches em todas as atividades dos sindicatos e da Central, para que a responsabilidade com os filhos não seja o impeditivo para a participação das mulheres nas atividades. Que os sindicatos garantam políticas de acessibilidade, como tradutor de libras;

7. Através do MML impulsionar cursos e palestras para a categoria e diretoria, como forma de educação política e vigilância constante às posturas machistas que ocorrem no interior do movimento sindical. Sanções aos dirigentes sindicais que adotarem práticas machistas na diretoria ou na base, chegando ao afastamento;
8. O MML reafirma a necessidade da inclusão das datas históricas das lutas das mulheres no calendário de atividades da Central: o 8 de Março – Dia Internacional De Luta Das Mulheres Trabalhadoras; 25 de Julho – Dia Latino-Americano Da Mulher Negra; 29 de Agosto: Dia da Visibilidade Lésbica; 28 de Setembro - Dia Latino Americano De Luta Pela Legalização E Descriminalização Do Aborto; 25 de Novembro - Dia Latino Americano De Luta Contra A Violência Às Mulheres.
9. Fortalecer as campanhas que a CSP Conlutas vem desenvolvendo, como a “Trabalho Igual, Salário Igual”, e a “Campanha Nacional por Creches”. Essas campanhas devem ser encaradas como o esforço para colocar as mulheres trabalhadoras em movimento e como uma forma de incorporar cotidianamente as respostas políticas em relação às consequências da exploração e da opressão. As creches devem funcionar 24 horas por dia.
10. O MML deve apoiar e atuar junto com os sindicatos impulsionando campanhas contra o assédio moral/sexual voltado as mulheres,
11. Que os sindicatos apoiem a construção de uma campanha nacional do MML contra a Violência à Mulher;
12. Lutar por Lavanderias e Restaurantes Públicos e Gratuitos.

Resolução sobre Mulheres e Transporte

A violência contra as mulheres tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Esta triste realidade mostra claramente como o machismo tem vitimado milhares de mulheres. Agressões físicas, psíquicas e morais.

No final de 2012, um episódio chocou o mundo, a morte de uma jovem indiana de 19 anos, lançada de um ônibus após ter sido estuprada e brutalmente espancada por um grupo de homens. O caso que indignou milhões e desencadeou uma série de protestos no país exigindo do governo medidas de combate à violência contra a mulher. Na Índia, só em 2011, ocorrem 24 mil estupros. E no Brasil, será que é diferente?

Todas as mulheres trabalhadoras sofrem com a violência nos ônibus, trens e metros. Qualquer um que precisa do transporte público sabe o que significa sufoco provocado pelo descaso e a falta de investimentos, são de 8 a 11 pessoas por metro quadrado no metrô de São Paulo, são quase 5 milhões de passageiros por dia, desses 52% são mulheres. Por isso para as mulheres esta situação se torna muito mais insuportável em função da violência machista.

No metrô de São Paulo em 2011 foram 66 casos de violência contra mulheres registrados na delegacia, em 2012 foram mais de 90. Os casos de assédio aumentam a cada dia e vão desde fotos não permitidas, passando por ejaculações e até estupro. Os ataques se tornam mais audaciosos e violentos, pois os agressores se aproveitam do sufoco da superlotação e se beneficiam da impunidade.

Além disso, a humilhação e o constrangimento sofridos pelas mulheres ao denunciar essas agressões faz com que, na maioria das vezes elas sofram caladas. A televisão trata a violência contra as mulheres como piada e banaliza as agressões, são comuns as emissoras de TV apresentar comerciais e quadros humorísticos expondo as mulheres como mercadoria, mero objeto sexual ou como empregadas domésticas ou ainda como fúteis (Mulheres Ricas). Isso contribui para aumentar a violência contra as mulheres e incentivar o machismo. No programa Zorra Total da TV Globo um quadro com as personagens Valéria e Janete conhecido pelo jargão “eu acho que ele está me bolinando” diz que a mulher deve aproveitar esse tipo de assédio sexual, achando engraçada a agressão.

Essa banalização e incentivo à violência do programa Zorra Total foi motivo para que o Sindicato dos Metroviários de São Paulo ter protagonizado uma campanha através de materiais do Sindicato, da mídia, de

cartas à população e de carta à Rede Globo, campanha essa que foi muito bem recebida pela categoria e pela população e que foi encampada por várias entidades sindicais e de mulheres, inclusive a Federação dos Metro ferroviários do Brasil e do MML.

Existe uma proposta de reforma do Código Penal onde, segundo o texto, ataques em ônibus ou trens lotados não mais seriam chamados de estupro, mas de molestaç o sexual, e teriam uma pena de 2 a 6 anos de prisão, isto  , menor que a do estupro.

A discussão sobre a situa o do transporte público esteve no centro das mobiliza es de junho. A luta vitoriosa contra o aumento das passagens destampou todo o descaso e falta de investimentos dos governos no transporte público. O transporte público tratado uma forma de dar lucro às empresas de transporte e não como um direito da popula o.

No capitalismo, a opressão   utilizada para aumentar a explora o, transformando as diferenças em desigualdade. A opressão divide trabalhadores e trabalhadoras e isso serve para o capitalismo explorar ainda mais a classe como um todo.

Em primeiro lugar precisamos preservar a vida e a segurança das mulheres trabalhadoras para que elas possam lutar conosco. Ao mesmo tempo,   necessário que os demais trabalhadores tomem consciência sobre a violência sexual e o quanto isso   nocivo para toda a classe.

Por isso o Movimento Mulheres em Luta e a CSP Conlutas e todas as entidades sindicais, populares e de mulheres devem incorporar a luta contra a violência às mulheres no transporte público como parte da luta geral contra a violência às mulheres e incentivar a cria o de setoriais dos transportes nos estados.

Incorporar em nossos discursos, panfletos, materiais e em nossa política diária a questão da luta contra a violência às mulheres nos transportes públicos.

1. Exigir do governo federal a aplica o de 2% do PIB no transporte público;
2. Exigir dos governos estadual e municipal investimento no transporte público que   um direito da popula o;
3. Contra a terceiriza o e privatiza o do transporte e o monopólio de linhas e PPP's;
4. Transporte público, estatal e de qualidade;
5. Transporte público 24h, garantindo segurança, ilumina o nos pontos de  nibus;
6. Exigir do governo federal, estadual e municipal uma campanha contra o assédio sexual no transporte;
7. Puni o aos agressores;
8. Abertura de mais delegacias da mulher em todos os municípios e regiões com funcionamento 24 horas, sete dias por semana e policiais qualificados para o atendimento às vítimas;
9. Vagão exclusivo para mulheres e proporcional ao número de usuárias;
10. Não a reforma do Código Penal que diminui as penas para agressões sexuais;
11. Transporte Gratuito (Passe Livre) para estudantes e desempregados;
12. Exigimos que os governos garantam transporte escolar para as crianças irem às creches;
13. Contra a dupla fun o dos motoristas de  nibus;
14. Contra as condi es insalubres de trabalho no transporte público;

15. Por melhoria real nos transportes nas cidades sedes dos jogos da Copa e das Olimpíadas;

16. Implementar, onde possível, o questionário feito pelo MML/Rio sobre a saúde dos trabalhadores do transporte público.

Resoluções sobre Mulher Jovem

As jovens de 15 a 29 anos representam 25% do total das mulheres e 13% do total da população e sofrem além do machismo, a opressão geracional. Quando se trata de jovens lésbicas e negras, a opressão é ainda mais acumulada.

As jovens, principalmente pela dependência econômica, estão mais sujeitas a opressão da família, materializada por um maior controle em casa, recebendo ordens não só dos pais como de qualquer homem da família. Delas exigem determinados comportamentos, para que cresçam sabendo que por serem mulheres estão sujeitas à dominação patriarcal e que a elas cabem funções como a maternidade, o cuidado com a casa, com os filhos e o marido. Ao filho adolescente a sexualidade e a independência são não só permitidos como estimulados, enquanto que à filha é negado e reprimido.

As jovens são as que mais sofrem com o assédio sexual. Recente pesquisa mostra que 90% das mulheres já trocaram de roupa e 81% já deixaram de fazer alguma atividade com medo de assédio. Contrariando a ideologia de que as mulheres gostam de ser “cantadas”, a pesquisa revelou que 83% não gostam desse tipo de assédio.

A mulher jovem também é a que mais sofre com a pressão pelo padrão de beleza perfeito da mulher. Especialmente as adolescentes, correm um maior risco de desenvolver transtornos psiquiátricos, como a anorexia, que chega a afetar 20% das adolescentes mundialmente. Contra as campanhas de propaganda que utilizam a mulher como objeto sexual, comparando-as à cerveja ou qualquer outra mercadoria!

A educação machista e o início da experimentação de sua sexualidade deixam as mulheres jovens mais vulneráveis às situações de opressão, violência e submissão ao machismo. A alarmante taxa de que a cada 2 minutos, 5 mulheres são espancadas por violência machista, é mais concentrada nas mulheres entre 20 e 29 anos. Chega de violência machista às jovens!

Uma em cada sete brasileiras já realizou aborto e a faixa etária de maior peso nessa estatística é a entre 20 e 24 anos. Não achamos correto criminalizar e deixar morrer uma mulher porque ela optou não ter um filho. Principalmente uma jovem, que começa a conhecer o seu corpo e ter domínio sobre ele, precisa ter o direito de decidir acerca do seu corpo e do seu futuro. Educação sexual para decidir, anticoncepcional gratuito para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer! Pela descriminalização e legalização do aborto e atendimento gratuito pela rede pública de saúde! Que a mulher decida sobre seu próprio corpo e sua vida!

As mulheres são 57% dos universitários. A universidade seria para alguns um espaço da mais ampla liberdade e respeito, onde ideologias como o machismo seriam mais combatidas do que no conjunto da sociedade. Mas sabemos que não é assim. Às vezes, tenta se esconder atrás do discurso de “empoderamento da mulher” com algumas delas assumindo cargos importantes na academia. Porém, não é raro encontramos estudantes que, para conseguir entrar em um grupo de pesquisa ou mestrado, deve se submeter ao assédio sexual dos professores. Ou ainda, os trotes machistas dos veteranos às calouras mulheres e as típicas festas universitárias nas quais mulheres são expostas ou vendidas como mercadorias. Que o MML realize campanhas sistemáticas nas universidades, junto com a ANEL e buscando a unidade com outras entidades e coletivos, contra os assédios de professores e os trotes e festas machistas.

Apenas 17 universidades possuem creche e as mães não são aceitas nas moradias estudantis. Estes dois problemas, que estão no marco da falta de assistência estudantil das universidades, são os responsáveis por parcela significativa da evasão de mulheres dos cursos superiores. Além disso, a falta de estrutura, como iluminação, submete as mulheres a uma grande insegurança e risco de violência dentro dos campi universitários. Por uma educação sem catracas! Por um Plano Nacional de Assistência Estudantil, que tenha

verba específica destinada às mulheres estudantes! Por creches em todas as universidades que atendam às estudantes e funcionárias.

As jovens que trabalham, pelo acúmulo da opressão de gênero com a geracional, são as mais exploradas e se encontram nos piores cargos, precarizados, temporários e terceirizados. As estagiárias estão sujeitas a assédios constantes pelos seus chefes. Estagiária não é escrava!

As jovens precisam ter acesso não só ao estudo, mas também ao lazer e cultura. É necessário dar aos jovens o acesso à cidade. Para as mulheres, esse direito é ainda mais dificultado, em virtude da violência urbana e do assédio dentro dos sucateados transportes públicos. Por isso, o MML deve estar junto à ANEL e buscando a unidade com outras entidades e coletivos, fazendo uma campanha pelo passe livre estudantil e também contra a restrição da meia-entrada e o monopólio da carteirinha da UNE.

Resoluções sobre a Mulher Lésbica e Bissexual

1. Fortalecer a campanha “Fora Feliciano” e pela retirada definitiva do Projeto de “Cura Gay” da pauta do Congresso Nacional.
2. Lutar pela criminalização da homofobia, transfobia, lesbofobia e bifobia e imediata aprovação do PLC 122/06 com o texto original;
3. Lutar pelo fim dos estupros corretivos e para que a “intenção corretiva” seja agravante da pena dos estupradores;
4. Defender o caráter laico do Estado;
5. Combater o assédio moral e sexual aos LGBTs nos locais de trabalho, estudo, moradia e sindicatos;
6. Lutar por um sistema educacional público que contemple a sexualidade humana em toda a sua diversidade, e que garanta o livre e seguro desenvolvimento da sexualidade;
7. Lutar pela revogação do veto ao kit anti-homofobia, com revisão do material pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação, sindicatos da educação, entidades estudantis e movimento LGBT, incluindo a capacitação dos profissionais de educação para fazer o debate;
8. Incentivar que os sindicatos filiados à CSP-Conlutas organizem atividades abertas de formação, palestras, debates e outras, nos marcos da liberdade de orientação sexual e identidade de gênero livre de preconceito e dogmas;
9. Lutar por um sistema de saúde 100% estatal que garanta o livre e seguro exercício da sexualidade, e atenda a todas as especificidades dos LGBTs!
10. Exigir dos governos a promoção de políticas específicas destinadas à saúde da mulher lésbica e bissexual;
11. Promover debates e especificar em materiais a questão da saúde da mulher lésbica.
12. Lutar pela retirada imediata dos LGBT’s do grupo de risco de DST/AIDS;
13. Lutar pela extensão aos casais homossexuais de todos os direitos garantidos por lei aos demais casais;
14. Lutar pela inclusão do casamento civil LGBT em lei e pela adoção por casais homossexuais;
15. Incentivar a participação dos LGBTs em organizações de base dos trabalhadores (CIPAS, organizações por local de trabalho e etc.) e dos movimentos populares;

16. Incentivar e apoiar a construção de secretarias LGBTs nos sindicatos, entidades e movimentos filiados, e os setoriais da CSP-CONLUTAS.
17. Reafirmar a inclusão das datas históricas das lutas das mulheres lésbicas no calendário de atividades do MML: 17 de maio – dia internacional de combate à homofobia; 28 de Junho - dia internacional do orgulho LGBT; 25 de Julho –dia latino americano da mulher negra; 29 de Agosto –dia da visibilidade lésbica; 28 de setembro –dia da celebração bissexual;
18. Incentivar a participação e organização das mulheres lésbicas no movimento feminista combativo e classista, bem como nos sindicatos, entidades e movimentos filiados à CSP-Conlutas;
19. Reafirmar a luta pelos direitos dos LGBT contra os ataques dos governos municipais, estaduais e federal à classe trabalhadora e contra o imperialismo!
20. Lutar pela unidade da classe trabalhadora contra a homofobia, o machismo e o racismo! Pelo Fim da opressão e da exploração!
21. Haja políticas publicas de efetivo combate a todas as formas de opressão, como racismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia no interior das escolas;
22. Haja programas que garantam o acesso, permanência e terminalidade dos estudos para as mulheres trans;
23. Criminalização da lesbofobia, homofobia e transfobia. Imediata aprovação da PLC 122/06 em seu texto original.
24. Contra o impedimento dos homossexuais de doarem sangue por serem homossexuais.
25. 10% do PIB para a saúde publica já! Por um sistema de saúde publica que garanta as demandas e especialidades das mulheres e LGBT'S;

Resoluções sobre Mulheres Trans*

1. Despatologização imediata das identidades trans*
2. Aprovação imediata do PLC 122/06, projeto de lei que criminaliza a discriminações motivadas por orientação sexual e identidade de gênero.
3. Aprovação imediata da PL 5002/13, que é baseada na lei argentina, prevendo o direito à alteração de documentos conforme a identidade de gênero e a cirurgias de transexualização sem a necessidade de se passar por burocracias médicas e legais.
4. A subtração da categoria "sexo" de documentos, alterando para "gênero"
5. Ampliação da rede de atendimento à saúde das pessoas trans*
6. Adequação de hospitais da rede SUS para atender a demanda de cirurgias de redesignação sexual (CRS) e desburocratização do processo que permite a cirurgia.
7. Lutar por formação acadêmica que qualifique profissionais para atendimento e respeito às pessoas travestis e transexuais.
8. Políticas que garantam acesso e permanência de travestis e transexuais nas Instituições de Ensino Superior.

9. Exigir políticas de trabalho e emprego para travestis e transexuais de modo a garantir sua capacitação profissional e absorção desse público pelo mercado de trabalho, de forma a lhes dar outras possibilidades de trabalho que não a prostituição.
10. Lutar pela capacitação das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs) para atendimento da travesti e da mulher transexual.
11. Lutar pela abrangência da Lei Maria da Penha para a travesti e a mulher transexual.
12. Excluir os LGBT's do chamado "grupo de risco", uma vez que não há fundamento científico para tal incorporação, restando apenas a homofobia homo-lesbo-bi-trans-fobia de estado como explicação, desconsiderando o critério de "orientação sexual" como elemento de exclusão da doadora/doador.
13. Viabilizar nas redes de atenção saúde, principalmente nos de atenção primária, a orientação da sexualidade frente à família.
14. Lutar pela garantia de reprodução assistida para as mulheres lésbicas, que desejam ser mãe, que seja gratuita, sem complicações e garantidas pelo SUS.
15. Lutar por uma ampla política pública de assistência a todas que são vítimas da homofobia (centro de assistência, atendimento psicológico, casas abrigo, atendimento hospitalar, etc.).
16. Lutar pela criminalização da homofobia, transfobia, lesbofobia e bi fobia e imediata aprovação.
17. Que se realize uma ampla campanha contra os ataques que patologizam e dão a entender que nossas entidades de gênero e identidades sexuais são distúrbios.
18. Basta de estupros corretivos!
19. Que a CSP CONLUTAS e o MML denuncie a exclusão de TT'S no mercado de trabalho e na educação
20. Campanha contra as violências sofridas pelas TT'S;
21. Ações afirmativas que combatam a exclusão sofrida pelas TT'S;
22. Mudança de sexo por gênero nos documentos de identificação, com a inclusão do gênero "nenhum".
23. Contra a Lei Gabriela Leite. Aprovar moção de repúdio;
24. Pela aprovação do PLC 122
25. A denúncia do veto ao kit anti-homofobia e exigência que o governo Dilma o revogue!
26. Campanha pelo FORA FELICIANO!
27. Exigir estatísticas produzidas pelo poder público, acerca de suicídios e violência aos LGBT'S.
28. Publicar uma carta com o balanço do Governo Dilma em relação aos LGBT' S;
29. Educação sexual em todos os níveis de educação, que pautas as questões referentes a sexualidade para libertação e as questões referentes aos TT's;
30. Batalhar para que nos espaços públicos e também nos fóruns do movimento existam banheiros para os TT'S;

31. Por uma lei de identidade de gênero que se baseie na auto-declaração e não se utiliza de mecanismos técnicos- científicos;
32. Avançar na discussão sobre as Cotas para TT'S;
33. Incentivo a autodefesa dos oprimidos;
34. Delegacias específicas;
35. Ampla assistência às vítimas de violência em delegacias específicas, com apoio psicológico e assistência a saúde pública e de qualidade.
36. Que a diretoria do MML encaminhe e viabilize uma comissão amplamente convocada para debater as propostas destacadas por serem delicadas e polêmicas neste GD
37. Que o MML, através desta comissão aprove encontros e outras iniciativas de formação.

Observação importante: Em estudos de gênero, cissexual, cisgênero são termos utilizados para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que aquele designado a elas no nascimento. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo e o seu comportamento ou papel considerado socialmente aceito para esse sexo.

Resolução sobre Mulheres Aposentadas

As mulheres tem os menores salários e as piores condições de trabalho, nos setores mais precarizados o que invariavelmente reduzirá o valor percebido por ocasião da aposentadoria;

Ao se aposentar as mulheres continuam tendo menores salários e necessidades de medicamentos e alimentação mais completa para repor as perdas de proteínas e vitaminas que o aumento da idade acarreta;

As aposentadas passam a ser definitivamente as responsáveis pela principal renda de toda família, além de assumir muitas vezes as responsabilidades pelos netos e até bisnetos, assumindo assim responsabilidades que o estado deveria cumprir;

A responsabilidade causa o endividamento cada vez maior das mulheres aposentadas, no afã de resolver as dívidas e dificuldades financeiras, contraindo assim, cada mês mais empréstimos, chegando a níveis de endividamento insolucionáveis;

Assim, o 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta resolve:

1. Salário Igual para trabalho igual, para quando aposentar-se a mulher tenha no mínimo salário digno; Paridade entre aposentados e ativos e pensionistas no índice de reajuste salarial;
2. Nenhuma mudança, nem ataque, que reduza direitos das aposentadas e pensionistas;
3. Exigir dos governos criação de creches públicas, gratuitas e de qualidade para que esta responsabilidade não recaia sobre as mulheres aposentadas;
4. Exigir dos governos maior controle sobre organizações financeiras, evitando assim o aumento do endividamento das mulheres aposentadas,
5. Não à renovação compulsória dos empréstimos consignados.
6. Pelo fim imediato do fator previdenciário

7. Pagamento dos precatórios aos aposentados, já ganhos na Justiça e não pagos pelos governos;
8. Não ter limitação de idade ou valor para empréstimos para aquisição de imóveis pelo menos na CEF e BB, que são órgãos públicos;
9. Isenção de imposto de renda aos aposentados
10. Lutar por Clubes ou espaços públicos de qualidade para idosos, pelo menos 2 vezes por semana, com lazer, atividade física, atendimento médico e psicológico;
11. Pagamento do piso salarial aos professores aposentados, determinado por lei em todos os estados;
12. Divulgação do direito das gratificações do serviço público federal pelo INSS;
13. Hospital com alas geriátricas de qualidade para atendimento para idosos e aposentados;
14. Campanhas públicas que melhore as condições de vida do idoso, através de grupos organizados, mídia e outros;
15. Barrar o projeto de lei que reduz o direito das pensionistas;
16. Buscar informações sobre o projeto de lei que versa sobre a pensão X aposentadoria
17. Divulgação da discriminação sofrida pelos idosos nos serviços públicos, nos bancos, pelos jovens, sabendo-se que muitas vezes parece que o idoso ou aposentado não tem direito à vida.

Resoluções sobre Mulher e Saúde

1. Defesa o SUS 100% estatal, público, gratuito e de qualidade sob o controle dos trabalhadores;
2. Exigência de 10% do PIB para saúde pública estatal;
3. Formulação e aplicação de políticas integrais de saúde da mulher, com foco nos diferentes ciclos de vida e que rompam com a concepção meramente materno- infantil;
4. Defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e que essas tenham acesso a meios contraceptivos de qualidade e as suas escolhas respeitadas. Pelo fim, da exigência do consentimento do companheiro para que a mulher realize laqueadura, que esta seja uma decisão da mulher, após aconselhamento;
5. Implantação de serviços especializados e equipes multiprofissionais para mulheres, transvestis e transexuais vítimas de violência;
6. Expansão da oferta e infra- estrutura de serviços especializados para usuários de saúde mental, inclusive Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) especializados em álcool e drogas com acolhimento e abordagem específica para as mulheres. Ampliação do número de leitos destinados a esses usuários nos hospitais gerais;
7. Que o MML junto a CSP Conlutas faça um trabalho na base de seus sindicatos, abordando as especificidades da saúde da mulher negra, com foco na visão de saúde integral, sem discriminação, respeitando o quesito cor e suas doenças específicas;
8. Em defesa da saúde da mulher trabalhadora que o MML junto aos setoriais de Saúde e Saúde do Trabalhador da CSP Conlutas e o Quilombo Raça Classe encaminhe e desenvolva estudos e pesquisas nas bases das categorias e sindicatos filiados desenvolva uma pesquisa sobre as condições de saúde e trabalho da mulher;

9. Realização junto a CSP Conlutas, de uma campanha sobre assédio moral e sexual no trabalho;
10. Reforço na luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, para maior qualidade de vida e menor exploração;
11. Defesa da não medicalização (excesso de intervenções médicas) e medicamentação (excesso do uso de medicamentos) da vida e da saúde da mulher.
12. Discussão sobre alternativas em relação às vacinas de HPV, para prevenir o câncer de colo de útero visto que, estas são de alto custo, pouco eficazes para o conjunto dos tipos de vírus e há outras medidas preventivas não medicamentosas e mais eficientes, como a realização periódica do exame de Papanicolaou e a educação sexual formal (nas escolas) para toda população.
13. Incorporação nas lutas da bandeira de garantia das mulheres de comparecer as consultas, realizar exames preventivos e acompanhamento de saúde sem perdas salariais e retaliações no trabalho.
14. Contra a privatização do SUS;
15. Contra a precarização da vida devido às péssimas condições de trabalho e de assistência;
16. Em defesa da pública, sobre o controle dos trabalhares e usuários.
17. Uma saudação, em especial, a luta das trabalhadoras, estudantes, residentes e docentes, em defesa da saúde e da educação pública.

Resoluções sobre Trabalho Doméstico

1. Incorporar a luta pela desresponsabilização da mulher dos afazeres domésticos e a socialização das tarefas privadas como parte da luta contra a opressão e o aprisionamento da mulher ao lar.
2. Defender o fim da dupla-jornada e a responsabilização do Estado na garantia de creches públicas, gratuitas, estatais e de qualidade, assim como garantir a construção de lavanderias e restaurantes coletivos e públicos e estatais, em que todos os trabalhadores e trabalhadoras possam usufruir.
3. Lutar para que as empresas assumam a responsabilidade pelos custos com a reprodução da força de trabalho e garantam a construção de creches nos locais de trabalho, lavanderias e restaurantes coletivos dentro das empresas, para que o patrão passe a pagar um trabalho que lhe serve ao lucro. Que os uniformes sejam lavados nos locais de trabalho, sob responsabilidade das empresas.
4. As lutas acima devem ser combinadas com a luta pela redução da Jornada de trabalho e pela ampliação da licença maternidade e da licença paternidade.
5. Defender a regulamentação da profissão das empregadas domésticas, acompanhada de todos os direitos previstos na CLT e que orientam os contratos legais de trabalho em todo o Brasil.
6. Denunciar a flexibilização de direitos no processo de regulamentação da PEC das domésticas e exigimos que seja regulamentada na sua forma original, com aplicação da licença-maternidade de 180 dias, sem isenção fiscal, e extensão às diaristas.
7. Defender o direito de organização e de sindicalização das trabalhadoras e que suas representações sindicais possam representá-las nas negociações salariais. Não é porque as empregadas domésticas trabalham no espaço doméstico que seus direitos trabalhistas podem ser negociados na particularidade das casas aonde as empregadas trabalham.

8. Exigir que o governo realize uma campanha esclarecendo sobre os direitos das (os) trabalhadoras (es) domésticas e sua devida fiscalização para cumprimento dos direitos.

9. Trabalhar para que o MML desenvolva uma campanha de criação e fortalecimento dos sindicatos e associações de trabalhadoras (es) domésticos.

10. Que se encampe uma luta pela regulamentação da PEC das domésticas, sem rebaixamento dos direitos trabalhistas.

Executiva Nacional do Movimento Mulheres em Luta eleita no 1º Encontro Nacional, realizado em Sarzedo, nos dias 04, 05 e 06 de outubro de 2013

Nome	Entidade	Estado
Ana Paula	Oposição Professores	MA
Camila Lisboa	Sindicato dos Metroviários	SP
Daniele	Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil	PA
Dinizete	SINTUSP	SP
Fabíola	SINDIPETRO	SP
Gabriela Arione	Oposição Alternativa Apeoesp	SP
Iraci	Subsede Apeoesp Santo André	SP
Janaína dos Reis	MML	SP
Jane Barros	Frente pela legalização do aborto	SP
Jô Mota	MML	MG
Karen Capelesso	MML	PR
Kátia Sales	LSR	MG
Letícia	SINDSERM	PI
Letícia Pinho	DCE USP/ANEL	SP
Marcela	MML	PA
Marisa Santos	Sindicato dos Metroviários	SP
Malu Costa	MML	CE
Rafaela	Oposição Correios	RJ
Rita Frau	Pão e Rosas	SP
Rosália	SindSaúde	RN
Samantha Guedes	SEPE	RJ
Tathiany	SINSPREV	RJ

Moções aprovadas pelo 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta

1. Moção de repúdio pela truculência da polícia militar no RJ

Nós, mulheres participantes do 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta repudiamos a truculência militar utilizada contra o movimento dos profissionais de educação do Rio de Janeiro nos eventos de 28/01 e 01/10, nos quais a categoria reivindicava a retirada do Plano de Cargos, Carreiras e Salários proposto pelo governo.

O plano do governo é um ataque à categoria que busca uma reestruturação do funcionalismo educacional carioca. Extinguindo cargos tradicionais do magistério, como professor especialista, abre espaço para o professor polivalente, acaba com a paridade para os professores aposentados, além de não apresentar isonomia salarial para profissionais que exercem a mesma função com a mesma formação.

Também legitima a política educacional neoliberal, que nega a educação pública, gratuita e de qualidade para nossos filhos/filhas e estudantes.

Escola não é fábrica, educação não é mercadoria!

Exigimos a imediata revogação do PCCR da Rede Municipal do Rio de Janeiro.

2. Moção de apoio à greve dos professores no Pará

Apoio à greve dos professores no Pará, onde trabalhadores em educação, além de serem precarizados e sofrerem com a retirada de direitos, são também chamados pelo governo PSDB em rádios e notas televisivas de vagabundos porque não querem nem voltar a trabalhar, nem negociar, mesmo sabendo que as pautas não avançam há mais de um ano.

3. Moção de Repúdio à criminalização sofrida pelo professor Rodrigo de São Gonçalo.

Nós reunidas no 1º Encontro do MML, repudiamos a política de intimidação dos profissionais de educação feita pelo governo Sergio Cabral do Rio de Janeiro. Recentemente várias pessoas compartilharam o boato da morte de uma professora nas redes sociais.

Agora o secretário estadual de educação, quer responsabilizar o professor Rodrigo que escreveu um texto esclarecendo o boato que várias pessoas divulgaram.

Não vamos aceitar as intimidações do governador Sergio Cabral!

Cabral não encontra o Amarildo e quer criminalizar o professor Rodrigo!

Abaixo a Repressão!

Professor não é ladrão!

Exigimos o fim das acusações!

4. Moção de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios

Manifestamos apoio aos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios, que mesmo diante dos ataques da empresa mantém-se em greve por quase todo o país, diante de ameaças de demissão e corte de ponto.

5. Moção de apoio ao Coletivo de Mulheres do UERJ

Semestre passado houve um caso de estupro corretivo, o qual o Coletivo de Mulheres da UERJ denunciou publicamente. As militantes do Coletivo desde então vem sofrendo forte retaliação de homens estudantes, inclusive sendo ameaçadas fisicamente.

Contra a retaliação, a favor das mulheres lutadoras e pelo fim da violência contra as mulheres!

6. Moção de apoio à greve das trabalhadoras e trabalhadores bancários

Apoio aos trabalhadores bancários em greve há 19 dias por aumento salarial e também melhorias nas relações de trabalho inclusive contra o Assedio Moral, que atinge as mulheres bancárias em seu cotidiano duríssimo nas agências bancárias. Hoje mais de 70% são mulheres. O governo Dilma junto com a FENABAN (Fed. Nac. Bancos) não faz nenhuma proposta a altura dos ganhos do sistema financeiro com 30 bilhões, no 1º Semestre. Pelo fim das terceirizações no Sistema Financeiro e pela Estatização desse setor, cujo governo governa para os banqueiros e deixa os bancários na miséria.

7. Moção de apoio à luta por merenda escolar

A merenda escolar é parte de uma educação de qualidade. Existe uma lei que não é fiscalizada devidamente e nem cumprida. A Lei 11947/2009 do PNAE determina que pelo menos 30% da merenda escolar sejam adquiridas de agricultores familiares. Pedimos apoio essa luta que é, além de tudo, de toda sociedade brasileira.

8. Moção de Apoio à Ocupação Esperança

O Brasil é a 6º economia do mundo, mas tem um déficit habitacional de 5,4 milhões de moradia, segundo o IPEA. O Programa “Minha Casa, Minha Vida” lançado pelo governo federal tem se mostrado totalmente insuficiente, principalmente por não ser acompanhado de uma reforma fundiária que combata a especulação imobiliária.

As famílias de menor renda, principalmente as que ganham entre 0 a 3 salários mínimos são os que mais sofrem com essa situação, não restando a elas alternativa senão ocupar os vazios urbanos para garantir seu direito à moradia.

Nesta luta, infelizmente, tem sido comum desocupações violentas, além de intimidações e todo tipo de ameaças, às famílias e lideranças do movimento. É o que neste momento está ocorrendo na Ocupação Esperança, em Osasco, cujas lideranças estão ameaçadas de morte.

O 1º Encontro Nacional do MML, reunido em Sarzedo (MG), entre os dias 5 e 6 de outubro de 2013, declara seu total apoio às ocupações que ocorrem em todo o país como uma forma legítima de luta pelo direito à moradia e repudia as ameaças de morte às lideranças da Ocupação Esperança.

Viva a luta pela moradia!

Todo apoio às ocupações!

Não à criminalização dos movimentos sociais!

Toda a solidariedade às lideranças da Ocupação Esperança!

9. Moção de apoio à luta dos profissionais de educação do RJ

ABAIXO A REPRESSÃO DOS GOVERNOS CABRAL E PAES!

O 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta, realizado em Sarzedo- MG se solidariza e apóia incondicionalmente a luta dos profissionais do RJ, que lutam contra a política de privatização e precarização da Educação imposta pelos governos Cabral e Paes do PMDB apoiados e aliados do Governo Dilma do PT.

A luta dos profissionais de educação do RJ, neste momento, é a maior expressão das lutas e greves, que ocorre em todo o país pelas mudanças tão exigidas pelas multitudinárias manifestações que encheram as ruas de todo o Brasil em junho deste ano e que não foram atendidas pelos governos.

O MML repudia a criminalização dos movimentos sociais e a violência da PM, que barbaramente agrediu a categoria nos atos e manifestações com bombas, choques e cacetadas, que vitimaram diversas companheiras, cuja categoria é composta de 90% de mulheres.

Chamamos todas trabalhadoras e trabalhadores a se somarem a essa luta participando e apoiando da Marcha do 1 Milhão a ser realizada na próxima segunda-feira- dia 07 de outubro no RJ.

10. Moção de apoio às tribos indígenas Guarani no Oeste do Paraná

Apoiar essa luta é batalhar pela descriminalização e o preconceito que os indígenas enfrentam na região pelos ruralistas

Repudiamos os abusos e assédios sexuais sofridos pelo índios e índias.

11. Moção de apoio aos trabalhadores e funcionários do Hospital São João de Deus-Divinópolis-MG.

Nós, mulheres participantes do 1º Encontro de Mulheres nos dias 04, 05 e 06, indignadas com a situação pela qual passam os funcionários do Hospital São João de Deus, em sua grande maioria mulheres, vimos por meio da presente manifestação, expressar o nosso repúdio às condições de trabalho a que estão submetidos principalmente os assalariados, em função de uma crise financeira causada por aqueles que administraram a instituição nos últimos anos.

Não podemos aceitar que trabalhadoras (es) trabalhem sob pressão psicológica com ameaças de demissão, assédio moral, política de redução de custo com funcionários através de pressão e estímulos escusos para que peçam demissão, falta de perspectivas de valorização profissional, falta de transparência na gestão da entidade, denúncias de corrupção dentro da entidade, e outras mazela que degradam o ser humano, sendo estes trabalhadoras(es), clientes e comunidade em geral.

Assim, hipotecamos o nosso apoio aos funcionários do Hospital São João de Deus e solicitamos que o presente encontro envie cópia da presente Moção ao Procurador Estadual do Ministério Público de Minas Gerais.

12. Moção de apoio à greve dos professores da rede pública municipal de Teresina-PI

O MML vem a público manifestar seu total e irrestrito apoio à greve dos professores da rede pública municipal de Teresina-PI. Saudamos a disposição de luta dos professores de Teresina que lutam nesse momento pela revogação do decreto que aumenta o tempo de cada aula de 50 min por 1 hora (numa tentativa desesperada do governo de burlar a Lei do Piso) e pelo cumprimento de 1/3 de HP.

Sabemos que a greve dos professores ocorre por culpa do governo Firmino Filho (PSDB), que tratam a pauta dos professores com absoluto descaso. Por outro lado, temos a convicção de que só a luta organizada da classe trabalhadora garantirá o atendimento das reivindicações da categoria. Estamos sintonizados, Companheiras! Nosso horizonte é a vitória!

Até a vitória companheiras!

13. Moção de solidariedade à greve dos trabalhadores da Educação do Rio de Janeiro

No dia 08 de agosto de 2013 teve início a mais poderosa greve da educação pública no Rio de Janeiro. Neste dia os trabalhadores em assembleia deflagram uma greve nas escolas estaduais e nas do Município do Rio de Janeiro. São mais de 70 mil trabalhadores que aderem a este movimento colocando em cheque a política neoliberal e meritocrática do Governo Sergio Cabral e do Prefeito Eduardo Paes. Suas reivindicações de melhores condições de trabalho e salário empalmam com a exigência de uma educação pública de qualidade de milhões que ocuparam As ruas nos meses de junho e julho.

Tanto Cabral como Paes preferem gastar milhões com a preparação dos mega eventos (Copa e Olimpíada), alimentar a indústria da corrupção e desmontar a educação em pública carioca e no Estado do Rio de Janeiro do que oferece um ensino de qualidade aos filhos e filhas dos trabalhadores. Além disso, estes governantes atacam os direitos dos trabalhadores da educação pública com um brutal arrocho salarial e a responsabilização da categoria pelo fracasso escolar. Negam-se a atender as mínimas reivindicações com a sua política meritocrática, impondo uma série bônus e gratificações que dividem e colocam em competição entre si tanto os professores como os funcionários.

Os trabalhadores das escolas municipais tentaram uma saída negociada contra estas políticas por 19 anos. Diante da dura realidade de completa intransigência por parte da prefeitura não tiveram outro caminho senão recorrer a greve. Nestes cinquenta dias de greve já há duas vitórias políticas da luta: a certeza de que a mobilização pode arrancar uma educação de qualidade, manter e ampliar os direitos e a derrota política do governo diante dos demais trabalhadores e do povo. A força das greves desmascarou o populismo dos governantes que se elegem defendendo a educação como uma de suas principais prioridades. Também deixa claro a serviço de quem está a grande imprensa que, mesmo diante do fechamento de várias escolas e o sucateamento da educação, ataca a greve para proteger os poderosos.

Nós, do MML, estamos solidários com a luta destes trabalhadores. Colocamos-nos ombro a ombro com a greve dos professores e funcionários incondicionalmente. A luta da educação no Rio é a mesma travada pelos educadores em todos os municípios e estados do país. Suas reivindicações também são denúncias do profundo processo de privatização do ensino público federal, estadual e municipal. Exigimos do Governo Sergio Cabral e da Prefeitura de Eduardo Paes o imediato atendimento de todas as justas reivindicações dos profissionais de educação em luta.

Conclamamos que as demais entidades e movimentos se somem a esta exigência em nome da construção de uma escola pública gratuita e de qualidade que atenda aos interesses do conjunto da classe trabalhadora. A nossa unidade e solidariedade com a greve dos educadores do Rio de Janeiro pode pavimentar a necessária vitória destes lutadores e avançar na vitória de toda a classe.

14. Moção de Apoio às ocupações de reitoria na USP e UNICAMP

Não a reintegração de posse!

Atendimento de todas as reivindicações!

Retirada dos processos administrativos contra os diretores e diretoras do SINTUSP

15. Moção de apoio à luta dos (as) trabalhadores (as) da educação municipal de Divinópolis – MG

Os (as) delegadas, os (as) observadores (as) e os (as) convidados (as) presentes no 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta, reunidos em Minas Gerais, de 4 à 6 de outubro, vêm por meio desta Moção:

COMUNICAR a este órgão público que tivemos conhecimento da situação de contenção de gastos, da precariedade dos Serviços da Educação Escolar, da situação de constrangimento e assédio vivenciada pelos (as) Professores (as) contratados (as) temporariamente (convivendo com corte de direitos como férias e 13º salários); pelos (as) trabalhadores (as) da Educação Municipal que se encontram de Laudo Medico (que foram remanejados de local onde trabalhavam), pelas serventes escolares e auxiliares de serviço que tem carga horária diferenciada.

Há grande arrecadação financeira e controle orçamentário neste município bem como, compromisso profissional da categoria com os serviços públicos nesta rede municipal de ensino, profissionais, estes, que primam pelo direito ao serviço público de qualidade para todos (as) que pagam impostos e taxas.

Não justifica o tratamento efetuado contra os (as) trabalhadores (as) de Laudo Medico, já que os (as) mesmos (as) adoecem porque trabalham em situação de risco e pressão; nem o corte de férias e 13º dos professores (as) contratados (as) temporariamente; a não nomeação de cargos e o aumento dos contratos temporários e aquisição de mão de obra através da EMOP-Empresa Municipal de Obras Públicas.

REPUDIAR o interesse da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação em ter a TERCEIRIZAÇÃO de cargos e serviços como política na Rede Municipal de Ensino desta cidade; a implementação do Plano de Carreira, Cargos e Salários que privilegia cargos comissionados, com gratificação e apostilamento (já extinto em toda esfera administrativa da Federação); o corte de investimentos para a Educação desde o “pacote de medidas administrativas” decretado em 2012 e agora em 2013.

EXIGIR um tratamento quanto a Saúde dos (as) Trabalhadores (as) da Rede Pública Municipal.

REAFIRMAR o já solicitado pelo SINTEMMD/MG juntamente com a categoria ativa e aposentada desta rede pública de ensino.

SOLICITAR de Vossas Excelências imediato atendimento às reivindicações desta categoria;

Reconstrução do PCCS da Educação- que valorize de fato o Cargo e a Carreira Profissional- condizente com o tamanho da verba pública e a implementação do “fundinho” (contrapartida financeira do município para a educação);

Realização de cursos com qualidade, que as qualifique e as valorize enquanto profissionais;

Nomeação imediata de mais profissionais do magistério e da educação para ter reserva quando for preciso substituir no caso de licenças, laudos médicos definitivos e em readaptação, e férias – prêmio. Também para efetivação de cargos quando houver aposentadoria.

Aquisição de Equipamentos necessários às cozinhas, laboratórios, secretarias escolares e sala de aula de maneira que facilite o bom desempenho do serviço.

Implementação de um Projeto de vida saudável gratuito em horários diferentes para melhor atender às necessidades das profissionais (preparo físico antes de iniciar a tarefa diária).

Implementação de um Plano de Saúde para os servidores públicos municipal.

Melhorias no atendimento do SESMET: os médicos do trabalho, exigir mais atenção com os (as) servidores (as), atendimento imediato e eficiente no caso de Laudos Médicos e Acidentes de Trabalho.

16. Moção de Repúdio ao Governo de Rosalba Ciarlini

O Governo de Rosalba Ciarlini (DEM) demitiu mais de 400 trabalhadoras terceirizadas das escolas e agora está fazendo campanha para que as mães dos (as) alunos (as) assumam o serviço das demitidas voluntariamente.

17. Moção de apoio às manifestações dos professores municipais de Campos de Goytacaz contra o governo Garotinho

18. Moção de Apoio a Greve da Greve da FAMEMA – Faculdade de Medicina de Marília - SP:

As jornadas de junho expressaram uma grande insatisfação da população brasileira em relação aos serviços públicos e a corrupção que os permeia. Na cidade de Marília, interior de São Paulo tem como reflexo dessas jornadas quanto da negligência estatal em relação ao SUS e a educação um forte movimento de greve geral no Complexo FAMEMA (Faculdade de Medicina de Marília), já há 40 dias. O Complexo da FAMEMA presta assistência a atenção básica, ambulatorial e hospitalar à saúde de 62 municípios da região, sendo responsável pela assistência de mais de 1 milhão de usuários do SUS.

Os principais motivos da mobilização são: a defasagem salarial em que trabalhadores possuem salário base inferior ao salário mínimo, a falta de materiais básicos e de infra- estrutura para assistência e ensino, leitor de corredor, falta de medicamentos básicos. Falta de funcionários que repercute em exaustivas horas extras e na sobrecarga de trabalho dos funcionários, docentes, estudantes e residentes (médicos e multiprofissionais). Diante deste contexto desumano, o governo de São Paulo e a direção da faculdade propõem abrir caminhos para o investimento privado e para a legitimação do assédio moral e da falta de democracia e transparência na gestão, através de um projeto de autarquização construído apenas por “doutores de notória capacidade intelectual, como se dominam no projeto.

No Encontro Nacional do MML(Movimento Mulheres em Luta) ficou evidente que essa situação é nacional e que a resposta dos governos federais, estaduais e municipais tem sido avançar na privatização e terceirização do SUS, passando a ser controlado cada vez mais pelos interesses do lucro e afastando a já quase inexistente possibilidade de controle popular. Também foi possível compartilhar de outras experiências de luta contra o

sucateamento do SUS e da educação pública como colocaram companheiras de Natal/RN e do Hospital das Clínicas da UFRJ.

Nesse sentido, o MML saúda a luta das trabalhadoras, estudantes, residentes e docentes da FAMEMA que também se coloca em defesa de um SUS público, gratuito, de qualidade e democrático, que atenda de fato os interesses da classe trabalhadora e preze pela saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

19. Moção de Apoio a Luta Contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH

A experiência de 10 anos do governo PT não apresentou avanços na saúde pública/estatal. Pelo contrário, manteve o subfinanciamento e avançou na privatização, tendo como base o projeto neoliberal, que já vinha sendo implementado pelo governo FHC, priorizando o desmonte da saúde pública a partir das Organizações Sociais, OSCIPs, Fundações e mais recentemente pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, que pretende privatizar toda a rede federal incluindo: hospitais, institutos e hospitais universitários.

Todas essas modalidades de gestão privatizante representam uma negação do direito a saúde e aprofundamento da precarização das condições e relações de trabalho, e isso afetam principalmente as mulheres, sejam elas trabalhadoras da saúde ou usuárias do SUS.

Todo apoio a luta contra a EBSEH na FAMEMA, UFPRJ, UFMA, UFAL, UFRJ e em todas as universidades brasileiras, assim como, na rede de hospitais e institutos federais do RJ.

Entre Letras e Retalhos

*A mão que percorre o corpo desvenda centímetro por centímetro a razão de ser.
Desce montanha, percorre planície, desliza pelas curvas e deságua no paraíso.
A mulher só se torna completa quando se conhece e se aceita.
Quando cede ao desejo e a curiosidade de ser mais do que um objeto de transtornos sócios mentais.
Quando se descobre pela, não importa o quanto pese nem o quanto sinta medo.
Quando se descobre poderosa, não importa há quantos anos estiveram presos.
Mesmo que tenha sido a vida inteira.
Quando uma mulher conquista sua liberdade, não há mais nenhuma sociedade,
família, religião ou violência.
Que possa roubar sua essência ou voltar a enclausurá-la,
os homens sempre nasceram livres, as mulheres não.
Elas precisam quebrar as correntes, romper as portas da gaiola que a prende e alçar seu voo lindo,
rumo ao melhor futuro que uma menina poderia ter:
o livre direito sobre seu corpo e sua vida.*

Poema de Bruna Stephane
(estudante de Letras UFMG)